

# ÍNDICE

Prefácio.....	11
<i>Nuno Pacheco</i>	
Entre Vamireh Chacon, Gilberto Freyre e Agostinho da Silva: A reflexão sobre a lusofonia enquanto bloco geocultural.....	13
Os fascistas de ontem e os democratas de hoje.....	18
Pascoaes e o falso universalismo.....	19
Em prol de um referendo sobre o futuro da União Europeia .....	20
A peste do politicamente correcto chegou à filosofia.....	21
<i>Nova Águia</i> nº 19 .....	23
Agostinho da Silva, “mal-tratado”? .....	24
Nós, zelotas da lusofonia, nos confessamos.....	25
O falso consenso em torno da lusofonia .....	27
Macau será sempre Macau .....	28
Nos 50 anos do falecimento de Fidelino de Figueiredo.....	29
Por um festival lusófono da canção.....	30
Raul Brandão renascido? .....	31
Dois comparações (i)morais .....	33
Breve nota sobre a presença de Espinosa no pensamento de José Marinho...	34
Portugal, um perfil histórico.....	36
Portugal, um país racista? .....	40
Sobre a <i>Nova Águia</i> e o MIL .....	43

Foi você que pediu um pensamento incoerente e ilógico? .....	49
Como se reconhece um TPC (Taliban do Politicamente Correcto).....	50
Carta a João Ferreira .....	51
<i>Nova Águia</i> nº 20.....	52
Como se decapita um país.....	54
Somos mesmo o povo mais racista da Europa? .....	55
Amadeo de Souza-Cardoso: A Força da Pintura .....	56
<i>A Rebelião das Massas</i> , quase um século depois .....	57
V Congresso da Cidadania Lusófona.....	60
II Festival Tabula Rasa.....	61
Entre Joaquim Maria da Silva, Antero de Quental e Agostinho da Silva: Repensar o iberismo no século xxi.....	62
A escravatura, aqui e agora .....	67
Bora lá derrubar mais umas estátuas?.....	68
Saudação a um anti-patriota.....	71
Balanço lusófono de 2017 .....	72
Da razão atlântica à razão lusófona: O contributo de António Braz Teixeira na <i>Nova Águia</i> .....	73
Sobre Santiago Naud .....	79
A visão de José Marinho do cristianismo .....	80
Entre Portugal e Angola (por extensão, entre toda a CPLP).....	87
Presença de Dalila na <i>Nova Águia</i> .....	89
<i>Nova Águia</i> nº 21 .....	99
O <i>bluff</i> do animalismo .....	100
A(s) crise(s) das sociedades contemporâneas .....	102
Os caminhos do Oriente no pensamento português contemporâneo.....	103
Regresso a Goa.....	108
Entre Fernando Pessoa, Clarice Lispector e Vilém Flusser .....	110
Sobre Edmundo Curvelo e Joel Serrão .....	111
José Marinho, um filósofo integral, um filósofo do espírito e da terra.....	113
Por um museu da lusofonia.....	123
Entre Torres Queiruga e José Marinho: Repensando o ateísmo.....	125
A “Renascença Portuguesa”, 100 anos depois .....	130
Sobre a XII cimeira da CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa .....	132

Presença de Pinharanda Gomes na <i>Nova Águia</i> .....	133
Língua portuguesa, do lirismo ao desastre? .....	138
Carta aberta à CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa .....	140
Carta aberta à administração da RTP: Rádio Televisão Portuguesa .....	141
Carta a M. Fátima Bonifácio .....	143
<i>Nova Águia</i> nº 22 .....	145
Brasil: Mais do que julgar, tentar compreender.....	146
A filosofia como expressão da vida espiritual numa cultura: Entre Manuel Antunes, Francisco da Gama Caeiro e José Marinho.....	147
António Quadros e a filosofia lusófona: Vinte e cinco anos depois, um saber cada vez mais vivo.....	153
A visão de Miguel Real sobre Portugal e a lusofonia .....	155
A Estética Renascente e a Ideia de Pátria .....	162
2019: Um ano em aberto para a lusofonia.....	168
Portugal não é um país racista mas há quem queira mudar isso .....	169
Portugal, a Venezuela e a Lusofonia.....	170
Sobre o programa Erasmus lusófono .....	171
Da filosofia como “sabedoria do amor”: Entre José Marinho e Afonso Botelho .....	173
Entre a <i>Renascença Portuguesa</i> e a <i>Seara Nova</i> , um século depois .....	177
A azia anti-lusófona.....	179
<i>Nova Águia</i> nº 23 .....	180
Quatro princípios para as eleições europeias de 2019 .....	182
Em nome da mais elementar coerência.....	183
Cinco lições do <i>brexít</i> .....	184
A segunda morte de Agostinho da Silva? .....	185
Da escola renascente .....	186
O horizonte último da formação do humano em José Marinho .....	190
O Brasil em brasa.....	198
Um livro sobre Heidegger .....	199
Apresentação do volume “II Festival Tabula Rasa” .....	201
A lusofonia: O melhor antídoto contra o racismo .....	202
Carta a Pinharanda Gomes, no dia da sua morte.....	203
Quatro breves memórias de Pinharanda Gomes .....	204
A voz da cidadania e da lusofonia no parlamento .....	205

## PREFÁCIO

**A** busca de horizontes é sempre um estímulo, sobretudo quando nos tentam subtraí-los em nome de falsas inevitabilidades e inexplicáveis conformismos. Que Renato Epifânio insista, pois, nestas reflexões a que deu o nome *A Via Lusófona, Um Novo Horizonte para Portugal* (aqui chegadas ao volume IV, tendo os anteriores sido publicados em 2012, 2015 e 2017), isso só pode ser de saudar. Sobretudo porque, concorde-se ou não com as suas posições, ele tem sabido manter a polémica a um nível elevado, o que, em tempos de “pensamentos” rasteiros e frases fáceis para consumo massificado, não é, infelizmente, usual. Há, nestes textos, um esteio comum: a lusofonia. E é ela que, ancorada num pensamento filosófico, surge no tal novo horizonte para Portugal de que fala o título. Não que a realidade acomode, facilmente, tal objectivo ou desejo; mas precisamente porque há muito a fazer nesse domínio é que as opiniões de Renato Epifânio ajudam a manter aceso um debate quotidiano onde se misturam culturas, crenças, identidades e desejos contraditórios, permitindo uma discussão salutar e aberta, onde muitos prefeririam um torpor amorfo ou até o silêncio, adubo das piores arbitrariedades.

Pelos textos, aqui publicados, de Renato Epifânio passam alguns dos debates contemporâneos que ele relaciona com o espaço lusófono (casos do racismo, da escravatura ou do dito Museu das Descobertas, a que ele opõe um Museu da Lusofonia), bem como as ideias ou obras de Agostinho da Silva, Pinharanda Gomes, António Telmo, Delfim Santos, José Marinho ou Miguel Real, a par de celebrações históricas como as dos 150 anos do nascimento de Raul Brandão e António Nobre (em 2017) ou dos 350 anos da morte de D. Francisco Manuel de Melo (em 2016). E há também polémicas continuadas,



como a que ele manteve com António Guerreiro, retomando uma antiga tradição literária que se tem perdido nos novos tempos.

O gosto pelo debate, pela intervenção permanente, pela afirmação de ideias e objectivos, é uma constante destes textos, independentemente de se concordar ou não com o que neles se defende ou até com algumas das suas premissas. Mas essa é uma qualidade inegável de quem não se escusa a tomar a palavra quando deve e a fazer da liberdade de opinião um trunfo permanente.

Voltando à lusofonia, bandeira que Renato Epifânio permanentemente mantém erguida, há o desejo expresso de que ela tome forma num futuro para o qual não se arrisca data mas que, no texto, se crê inevitável. Como ele escreve na *Carta a João Ferreira* (então distinguido, aos 90 anos, como Cidadão Honorário de Brasília): “Um dia, como é nosso desejo comum, a Pátria Lusófona cumprir-se-á e honrará, ainda que apenas postumamente, os seus ‘melhores’.”

Ou quando, bem mais adiante (em *A visão de Miguel Real sobre Portugal e a Lusofonia*), cita as palavras de Miguel Real na sua obra *A Vocação Histórica de Portugal* (2012): “Existe uma nova geração que, desejando um futuro diferente para Portugal, assume sem complexos neo-colonialistas a existência passada do Império, projectando-o no futuro da língua comum. O que tem esta nova geração para dar? Nada, a não ser a vontade e o entusiasmo de transformar o passado comum num futuro comum assente numa língua comum e num espírito comum.” O que leva depois Renato Epifânio a concluir: “Muito longe de ser uma excrescência do passado, como alguns insistem, a Lusofonia é, realmente, a (maior) palavra-chave do nosso futuro.” É com tal premissa que estes textos nos desafiam, procurando o sentido de uma “utopia criadora”.

NUNO PACHECO



## ENTRE VAMIREH CHACON, GILBERTO FREYRE E AGOSTINHO DA SILVA: A REFLEXÃO SOBRE A LUSOFONIA ENQUANTO BLOCO GEOCULTURAL<sup>1</sup>

Nascido a 1 de Fevereiro de 1934, na cidade do Recife, Vamireh Chacon é um insigne pensador brasileiro com um distinto currículo: bacharel e doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, depois Universidade Federal de Pernambuco; bacharel e licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco; ex-professor assistente, adjunto e titular da Faculdade de Filosofia na mesma Universidade; desde 1975, professor titular no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde se tornou professor emérito em 2005; professor visitante em universidades estrangeiras, principalmente da Alemanha, França, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos; doutor *honoris causa* pela Universidade de Erlangen-Nuremberg, da Alemanha, e membro das mais diversas instituições.

Ao longo da sua já longa vida, é autor de mais de duas dezenas de títulos, em particular na área da Filosofia Política. Aqui, centrar-nos-emos numa sua obra publicada em Portugal (Edição Verbo, 2002), com o sugestivo título de *O futuro político da lusofonia*, composta pelos seguintes textos: “Lusofonia e

---

<sup>1</sup> In Congresso Internacional Entre Portugal e Macau: Lusofonia, Utopia criadora?: Macau, 28-30 de Março de 2017.



Blocos Transnacionais”, “Blocos Internacionais, Mercosul e CPLP na viragem do século XX ao XXI”, “Lusofonia, Luso-Tropicalismo, Luso-Tropicologia”, “Roteiro”, “Portugal e o plano jesuíta para o Brasil”; “A Razão Atlântica: Mercosul, África do Sul e Comunidade Lusófona”, “O Oriente Lusitano: primeiros contactos Oriente-Occidente”, “O Impacto de Marco Polo”, Revolução das Navegações: epopeia e autocrítica”, “Idealismo e realismo no Ultramar”, “Fernão Mendes Pinto e Companheiros”, “Diletantismo e paixão na redescoberta do Oriente”, “Descoberta do Oriente também pelo Brasil”, “Gilberto Freyre e o encantamento pela Arábia e Índia, e as suas antevisões da China” e “Luso-Tropicalismo e Luso-Tropicologia revisitados”.

Pelo título geral do volume – e dos artigos que o compõem –, compreende-se imediatamente o teor da obra: trata-se de uma reflexão sobre a Lusofonia enquanto bloco transnacional, reflexão que se faz retrospectivamente, à luz da nossa história (de Portugal e do Brasil, sobretudo), e prospectivamente, na antecipação de como se poderá realizar, no século XXI, todo o potencial desse bloco. Dos autores citados, salienta-se o nome de Gilberto Freyre: “dos primeiros, ainda hoje um dos poucos, a defender a lusofonia cultural, económica e política” (p. 139). E, conhecendo-se todos os preconceitos ideológicos relativos a este pensador – vindos, tanto em Portugal como no Brasil, das correntes da dita “esquerda” –, são particularmente significativas as seguintes palavras de Mário Soares, que Vamireh Chacon refere: “Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro.” (p. 49).

\*

Assim, em diálogo com Gilberto Freyre, Vamireh Chacon começa por salientar a importância da cultura – “a cultura é o que somos, a seiva do que fazemos, a civilização” (p. 40) –, no âmbito de uma reflexão particularmente lúcida sobre o fenómeno, tão contemporâneo, do multiculturalismo: “Sem eixo integrador de rotação cultural centrípeta, denominador comum, dispersam-se as contribuições multiculturalistas e fragmentam-se, recomeçando o processo de definições e agrupamento” (p. 24). Aludindo, em contraponto, às “brechas da entropia produzida por excessivo fechamento” (p. 30), Vamireh Chacon afirma pois o primado do eixo cultural sobre os eixos político, económico e social, afirmação que não poderia ser, nos dias de hoje, mais pertinente.



Ainda sobre Ariano Suassuna, autor em destaque no número anterior, publicamos, a abrir este número, uma ilustração do próprio Ariano oferecida a António Quadros, com uma nota explicativa que nos foi enviada por Mafalda Ferro, Presidente da Fundação António Quadros, a quem agradecemos mais este gesto de apoio à *Nova Águia*. De igual modo, agradecemos também aqui – na pessoa do seu Presidente, Abel de Lacerda Botelho – todo o apoio que tem sido dado à *Nova Águia* e ao MIL pela Fundação Lusíada, uma das instituições culturais mais prestigiadas em Portugal, que comemorou, no dia 12 de Março do passado ano, no Círculo Eça de Queiroz, em Lisboa, os seus trinta anos de existência. Os nossos parabéns à Fundação Lusíada.

\*

## AGOSTINHO DA SILVA, “MAL-TRATADO”?

Escreveu Paulo Trigo Pereira no jornal “Observador” (11.04.2017) um interessante artigo intitulado “Agostinho da Silva: Amado e Mal-Tratado”, onde denuncia, a nosso ver com acerto, que Agostinho da Silva tem sido “mal-tratado quer por parte de certa ‘inteligentzia nacional’, quer e sobretudo pelas instituições públicas”.

Sendo a denúncia acertada, as explicações que Paulo Trigo Pereira expõe no seu artigo não acertam, de todo, a nosso ver, no alvo. Dito isto, gostaríamos desde já de ressaltar que não pomos minimamente em causa o agostinianismo de Paulo Trigo Pereira, até porque sabemos, por experiência própria, que há muitas formas de ser agostiniano – formas diferentes, muito diferentes, e até contraditórias. Com efeito, Agostinho da Silva consegue, ainda hoje, congrega pessoas das mais diversas proveniências filosóficas, ideológicas, religiosas, etc.

Feita esta (para nós) importante ressalva, vamos então à nossa explicação para o facto de Agostinho da Silva continuar a ser “mal-tratado quer por parte de certa ‘inteligentzia nacional’, quer e sobretudo pelas instituições públicas”. No essencial, isso deve-se, a nosso ver, à sua visão do país, bem distante (para dizer o mínimo) da visão defendida quer por parte de certa “inteligentzia nacional”, quer e sobretudo pelas instituições públicas.

Compreendemos que, para Paulo Trigo Pereira, que se assume como um “federalista europeu”, o assunto seja incómodo, mas a verdade é que, ainda em vida, Agostinho da Silva expôs as maiores reservas a uma visão oficial do país





que, no essencial, reduzia Portugal à então C.E.E. (Comunidade Económica Europeia). Na altura, sobretudo por isso, Agostinho da Silva foi de facto ridicularizado e posto de parte: era, alegadamente, um “passadista”, um “velho do Restelo”, senão mesmo ainda um “homem do Império”, que não aceitava o que nos foi impingido como o (único) futuro, com os resultados que estão hoje à vista de todos.

Na verdade, desde há muito tempo, Agostinho da Silva defendia um outro futuro para Portugal. Apenas alguns exemplos: num texto publicado no jornal brasileiro *O Estado de São Paulo*, com a data de 27 de Outubro de 1957, Agostinho da Silva havia proposto “uma Confederação dos povos de língua portuguesa”. Num texto posterior, chegará a falar de um mesmo “Povo não realizado que actualmente habita Portugal, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, o Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor, e vive, como emigrante ou exilado, da Rússia ao Chile, do Canadá à Austrália” [“Proposição” (1974)].

Por tudo isso, chegou a defender: “não me pareceu que a revolução de 1974, tal como estava a ser feita, conduzisse a alguma coisa em que valesse a pena colocar essas ideias. Pareceu-me que era um pronunciamento militar sem grande largueza política” (in *Vida Conversável*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994, p. 53). Face a uma posição como esta, como poderia, de facto, Agostinho da Silva não ser “mal-tratado quer por parte de certa ‘inteligentzia nacional’, quer e sobretudo pelas instituições públicas”? A nosso ver, não poderia. Vamos até mais longe. Se for apenas por esta razão, melhor será que Agostinho da Silva continue a ser “mal-tratado quer por parte de certa ‘inteligentzia nacional’, quer e sobretudo pelas instituições públicas”. Prova de que, no essencial, continua a ter razão, já mais de vinte anos após a sua partida.

\*

## **NÓS, ZELOTAS DA LUSOFONIA, NOS CONFESSAMOS**

Se, conforme o já oportunamente denunciado, “a peste do politicamente correcto ameaça agora invadir em força a área do pensamento filosófico”, ela há muito que invadiu a área da historiografia, particularmente em Portugal.

A recente visita do Presidente da República Portuguesa a uma antiga casa de escravos do tempo dos holandeses, na ilha de Gorée, em frente a Dacar, lugar que foi um entreposto do tráfico de escravos desde o século XV, veio, uma vez mais, demonstrar essa evidência.

